



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **CARLOS MARIUCCI** - Presidente, **WILLIAM GENTIL** - Vice-Presidente e **ODAIR DE OLIVEIRA LIMA** - Membro. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 2º Quadrimestre de 2020, às 15h08min do dia 29 de setembro de 2020, o Presidente Carlos Mariucci nomeou o vereador Alex Chaves como membro *ad hoc* da CFO, até a chegada do vereador William Gentil. Na sequência, o Vice-Presidente da CFO se fez presente, além dos vereadores Sidnei Telles e Jean Marques. Foram convidados para compor a Mesa dos trabalhos o Secretário Municipal de Fazenda, o senhor Orlando Chiqueto Rodrigues; e o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, o senhor Gilvane de Almeida Braga. Com a palavra, o Presidente destacou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Entretanto, dada a atual conjuntura do enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus COVID-19, a Portaria nº 097/2020 desta Casa de Leis vedou a presença de público externo nas sessões da Câmara Municipal, permitida em plenário tão somente a presença de vereadores, de servidores no exercício de suas funções e de profissionais da imprensa. Sendo assim, não estiveram no local os senhores Secretários Municipais, os servidores do Poder Executivo Municipal e os munícipes interessados, como de praxe. Embora a Audiência Pública tenha se dado sob as atuais restrições sanitárias, a apresentação pôde ser acompanhada pelo público em geral em transmissão ao vivo, pelos seguintes meios eletrônicos da CMM: site oficial, páginas do Facebook e do YouTube. Destarte, Carlos Mariucci esclareceu que a participação na ocasião seria possível a todos os interessados, por meio de envio de questionamentos a estes canais oficiais. Com a palavra, o Secretário Municipal de Fazenda agradeceu a oportunidade de realizar a exposição da prestação de contas do Poder Executivo Municipal pela décima segunda vez. Ele explicou que os dados a serem apresentados eram referentes ao período compreendido entre o primeiro dia do mês de maio e o último dia do mês de agosto de 2020 (2º quadrimestre de 2020), além de haver dados do resultado acumulado de janeiro até 31 de agosto deste ano. Em seguida, Orlando Chiqueto passou a expor, em slides, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Documento Externo Prestação de Contas 2 quadri 2020 (0193569)" e "Relatório (0193972)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 20.0.000006213-9. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no *Site* da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 2º Quadrimestre de 2020 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Ao término da apresentação de slides, o Presidente da CFO concedeu a palavra ao vereador Sidnei Telles, o qual cumprimentou o senhor Orlando Chiqueto e as demais pessoas que acompanhavam a prestação de contas. Ele disse acreditar na importância do planejamento quanto às receitas e despesas de um município, mas lembrou que compreendia a peculiaridade do ano de 2020 e as interferências ocorridas nas contas públicas neste período. Assim, o vereador informou que faria algumas colocações acerca dos dados apresentados. Primeiramente, ele comentou que os vereadores, rotineiramente, tomam conhecimento de diversas críticas à Administração Pública Municipal, principalmente durante o período de campanha eleitoral. Por isso, Sidnei Telles afirmou que seria interessante que a Secretaria

Municipal de Fazenda (SEFAZ) procedesse a alguns esclarecimentos. Uma das críticas citadas pelos populares é a crença de que o município teria se endividado para a realização de obras públicas. Entretanto, o vereador destacou que ele não tinha, em mãos, dados de anos anteriores para fazer a análise da veracidade desta afirmação. Ainda assim, Sidnei Telles lembrou que uma boa gestão deve ter um determinado grau de endividamento, desde que as dívidas sejam controladas e que o serviço contratado seja executado antecipadamente. Portanto, ele solicitou que o senhor Orlando Chiqueto fizesse um comparativo do endividamento do Município deste ano com dados de outros períodos, a fim de melhor esclarecer esse assunto. Outra pergunta elaborada pelo vereador foi acerca da estimativa de receita que não se realizaria em razão das restrições nas atividades econômicas impostas pelo enfrentamento à pandemia. Entretanto, Sidnei Telles comentou que, ao observar os números apresentados pela pasta na exposição do senhor Orlando Chiqueto, estes se pareciam com dados de períodos anteriores. Todavia, o vereador disse que é necessário observar que pode ser que haja uma queda na arrecadação do ISSQN, visto que faltam 40% do valor previsto desta receita a serem realizados até o final deste ano. Outro comentário que ele citou ter sido feito por parte dos munícipes, é o fato de que a meta de investimento em Educação pode não ser atingida, pois também faltam 40% do valor previsto desta despesa a serem realizados até o final de 2020. Com a palavra, o Secretário Municipal de Fazenda lembrou que Sidnei Telles, quando Presidente da CFO, exigia a entrega antecipada do caderno com o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais. Orlando Chiqueto comentou que, anteriormente, era difícil atender a este pedido, mas disse que o enfrentamento à pandemia exigiu da iniciativa privada e da administração pública a busca por novas ferramentas e tecnologias para aprimorar a produtividade e a eficiência do trabalho. Assim, segundo ele, a SEFAZ se capacitou para realizar a entrega dos referidos dados com bastante antecedência, visto que sua equipe tem almejado o aprimoramento dos procedimentos. Com relação ao endividamento, o Secretário lembrou que, durante a apresentação, foram pontuados três indicadores, os quais são sistematicamente monitorados: percentual da dívida total em relação à receita corrente líquida, o percentual do pagamento da amortização e encargos da dívida, e o percentual do endividamento anual. Orlando Chiqueto explicou que a SEFAZ trabalha com o modelo de fluxo de caixa, não somente do exercício atual, mas de todos os seguintes, incluindo todas as previsões no planejamento, a fim de honrar os compromissos. O Secretário destacou também que, para que haja fluxo de caixa, os passivos assumidos de gestões anteriores vem sendo reduzidos e novos compromissos estão sendo controlados. Assim, segundo ele, haverá receita suficiente para honrar não somente as despesas de manutenção de serviços entregues à população, mas também os investimentos realizados e a amortização dos compromissos assumidos ao longo de vários anos. Destarte, Orlando Chiqueto frisou que a SEFAZ tem convicção de que há pleno controle das contas, e que as dívidas atualmente existentes datam do ano de 1991. Destas, de acordo com sua fala, algumas são importantes e serão amortizadas por diversas gerações; outras foram decorrentes de má gestão e de decisões equivocadas do administrador público. Com relação à previsão de arrecadação no ano de 2020, o Secretário informou que esta será de 98 a 100% do previsto. Em 2016 e 2017, segundo ele, a gestão anterior realizou 90% da receita prevista. Já em 2018, foram 96%; e, em 2019, 100%. Em 2020, até o presente momento, já foram arrecadados 72 e 78% da receita prevista. Portanto, ele destacou que a arrecadação vem sendo satisfatória nas mais diversas fontes, seja a partir dos recursos advindos da União, seja de impostos federais, municipais ou estaduais. Com relação ao ISS, Orlando Chiqueto concordou que o percentual de sua arrecadação não é o ideal, mas ele lembrou que houve diferimento deste pagamento para os meses de outubro, novembro e dezembro. Este fato, segundo ele, somado à retomada da atividade econômica por quase todos os setores econômicos, irão proporcionar o aumento desta receita. Acerca do investimento em Educação, ele ressaltou que este percentual está na casa dos 16% neste quadrimestre, valor mais baixo que os 19% observados no mesmo período do ano passado. Em valores reais, o Secretário explicou que esta diferença representa a economia realizada em função da paralisação das atividades escolares presenciais devido às medidas de distanciamento social e a conseqüente redução de gastos com água, luz, telefone, dobra dos professores, e manutenção e consumo da frota da Secretaria Municipal de Educação. Entretanto, ele informou que a Prefeitura Municipal vem aproveitando este momento sem aulas presenciais para antecipar a realização de investimentos. Assim, segundo Orlando Chiqueto, com o planejamento elaborado em conjunto com a Secretária Municipal de Educação, Gisele Colombari, o percentual de 25% será, sem dúvida, alcançado. Com a palavra, Alex Chaves cumprimentou a CFO e o Secretário Municipal de Fazenda, além de parabenizar toda a equipe da SEFAZ, que, em sua opinião, tem trabalhado para tornar cada vez mais transparente e eficiente a administração das contas públicas. O vereador disse que acompanhou os dados apresentados relativos a todas as suspensões de receitas propostas pelo Poder Executivo e ampliadas pelo

Poder Legislativo. Ainda assim, ele disse que observou que, apesar disso, a arrecadação foi satisfatória e permitiu que as contas públicas fossem adequadamente pagas. Ele também destacou o fato de Maringá estar entre os municípios com maior transparência nas compras emergenciais durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus. Ainda que tenha sido contemplado pela maior parte das indagações realizadas pelo vereador Sidnei Telles, Alex Chaves destacou o dado de 46,53% de despesa com pessoal, e perguntou quais seriam as implicações deste dado para o futuro. Além disso, o vereador solicitou que fosse explanado o plano de retomada econômica no município de Maringá, visto que o Prefeito Municipal o tem anunciado para a sociedade. Antes de encerrar sua fala, aproveitou, mais uma vez, para parabenizar o senhor Orlando Chiqueto pelo bom trabalho realizado frente à SEFAZ, bem como a equipe de contadores. Em resposta, o Secretário informou que o Orçamento de 2021 fora encaminhado à Câmara Municipal no dia anterior, o qual havia sido elaborado de forma conservadora devido às incertezas que a pandemia trouxe às contas públicas, por conta das restrições às atividades econômicas. Por isso, de acordo com ele, este Orçamento trazia a previsão do índice de gastos com pessoal na casa dos 50%: valor acima do limite de alerta, mas abaixo do limite prudencial. O Secretário informou que, pelo fato de o Orçamento de 2021 ter sido elaborado com cuidado acerca da expectativa de arrecadação, será possível controlar o orçamento e não se gastar mais do que se arrecada, mantendo as contas saudáveis. Orlando Chiqueto também lembrou que, atualmente, não há nenhum passivo a ser reconhecido pela Prefeitura Municipal. Segundo ele, em 2017, a atual gestão assumiu o Poder Executivo Municipal com diversos passivos de gestões anteriores a serem quitados, como promoções e progressões em atraso. Neste ano, Orlando Chiqueto explicou houve apenas um único atraso, ocorrido em razão da paralisação das atividades da Comissão por conta do enfrentamento à pandemia e da Lei Complementar 173/2020, que trouxe incertezas acerca da possibilidade de pagamento de promoções e progressões. Entretanto, de acordo com ele, este fato já foi resolvido; e, entre os meses de novembro e dezembro de 2020, todas serão pagas. Por todos esses motivos, o Secretário afirmou que a SEFAZ tem controle total acerca do índice de gastos com pessoal, visto que não restarão passivos para o ano de 2021. Ele destacou que, na atual gestão do Poder Executivo Municipal, não existe apenas a contabilidade orçamentária (receita arrecadada menos despesa empenhada), mas também a contabilidade patrimonial. Nesta, pode-se reconhecer débito e crédito pelo regime de competência, ou seja, no momento em que a despesa de fato ocorre, independente de haver recebimento ou pagamento. Dessa forma, Orlando Chiqueto explicou que, em breve, será também possível atingir uma contabilidade de custos, ou seja, mensurar quanto custa cada serviço oferecido à população, conferindo maior eficiência e eficácia aos processos. Com relação ao plano de retomada econômica, o Prefeito Municipal, segundo ele, tomou medida importante ao contratar o SEBRAE, o qual possui experiência em economia de micro e pequenas empresas. O Secretário destacou que, a cada semana, mais de quinhentas vagas de emprego são oferecidas pela Agência do Trabalhador. Outra ação lembrada por ele foi a parceria importante com esta Casa de Leis na aprovação de aporte ao Fundo Garantidor de Crédito com a Noroeste Garantia. Orlando Chiqueto informou que, até o dia 31 de julho deste ano, oitocentos e nove operações de crédito utilizaram o fundo de aval, e mais de quarenta e dois milhões de créditos foram direcionados a micro e pequenas empresas, num tíquete médio de cinquenta e dois mil e quatrocentos reais. Assim, muitas empresas foram atendidas, e a Prefeitura Municipal pôde contribuir para que atividades fossem mantidas, empregos fossem gerados, renda fosse distribuída e a economia fosse reaquecida. Portanto, de acordo com o Secretário Municipal de Fazenda, com o início precoce do enfrentamento à pandemia pela Secretaria Municipal de Saúde, Maringá se destacou positivamente em relação a outros municípios. Ele esclareceu que isso se demonstra por meio da arrecadação de recursos, visto que será realizada de 98 a 100% da receita prevista. Orlando Chiqueto ressaltou, ainda, que há diversas entidades envolvidas na retomada econômica: ACIM, SIVAMAR, CODEM, SECOV, SINDUSCON, SIVAMAR, Sindicato dos Contabilistas, dentre outras. Por isso, segundo ele, este trabalho não era político, e sim técnico. Com a palavra, o vereador Jean Marques cumprimentou os presentes e deu boas-vindas ao Secretário Municipal de Fazenda, registrando que o material contendo o relatório de avaliação das metas fiscais tem sido recebido com maior antecedência nas últimas audiências públicas, permitindo aos vereadores uma melhor análise dos números. O vereador comentou que a pandemia do Novo Coronavírus afetou a vida das pessoas e a saúde financeira das empresas, das famílias e das contas públicas. Sobre as receitas do município, ele lembrou que esta foi 67% realizada sobre a previsão atualizada, e não sobre a previsão original. Sendo assim, Jean Marques solicitou que a equipe técnica incluísse, em um quadro no relatório apresentado, a previsão orçamentária, a previsão atualizada e previsão realizada. O vereador também lembrou que as contas foram expostas de forma otimista, porque houve transferência do Governo Federal na ordem de setenta

milhões de reais à Saúde, Assistência Social, e para o auxílio aos municípios, com três parcelas demonstradas até esse quadrimestre. Por isso, é necessário que a porcentagem de receita realizada seja analisada com ressalvas, já que o cenário econômico, financeiro e orçamentário somente poderá ser compreendido como um todo ao final de 12 meses, segundo Jean Marques. Já com relação aos percentuais arrecadados dos impostos, ele disse ter ficado surpreso com a receita do ITBI, a qual, embora esteja ainda abaixo da média, não fora tão prejudicada pela pandemia. O vereador informou, ainda, que haverá nova forma de arrecadação do ISS conforme aprovação recente do Congresso Nacional, acarretando aumento da arrecadação deste tributo nos próximos exercícios, sem aumento da carga tributária aos contribuintes. Esta mudança levará a uma distribuição mais justa após determinadas alterações na legislação, segundo ele. Outro comentário foi acerca de sua preocupação com a execução de 16,88% do investimento em Educação neste quadrimestre, visto que, no mesmo período do ano passado, este valor era de 19%. Jean Marques lembrou que, durante o corrente ano, a rede pública de educação não funcionou de forma presencial por mais de seis meses. Alguns pontos importantes dessa situação, segundo o vereador, são a não necessidade do pagamento de dobras, de hora extra da hora-atividade e de substituição, e da maioria das despesas de manutenção. Assim, ele destacou que esse percentual pode ser considerado elevado, ainda que algumas reformas estejam se realizando no momento atual. O vereador disse que, ainda que haja a exigência do atendimento à porcentagem de 25% de investimento em Educação, é necessário compreender a atual conjuntura, sem aulas presenciais e, consequentemente, com redução de despesas. Com relação ao investimento em Saúde, Jean Marques comentou que já é sabido que o Município de Maringá costuma investir mais do que o exigido pela legislação. Este fato, segundo ele, provavelmente ocorrerá novamente este ano, dada a pandemia do Novo Coronavírus e o recebimento de recursos vinculados para este fim. Além disso, o vereador indagou ao Secretário Municipal de Fazenda se os precatórios suspensos da trimestralidade dos aposentados seriam pagos imediatamente. Em resposta, Orlando Chiqueto explicou que estes precatórios não foram incluídos na relação encaminhada até o dia três de julho de 2020. Portanto, consequentemente, não serão pagos no exercício de 2021. De acordo com ele, a liquidação, provavelmente, será em 2022. Sobre isso, Jean Marques disse que o valor deste precatório não atualizado já é expressivo, podendo ultrapassar o valor de cem milhões de reais após atualização. Ainda com a palavra, o vereador disse que, por mais que o índice de gastos com pessoal não esteja tão alto, não há margem para um aumento substancial desta despesa, visto que vários gastos não ocorreram somente em razão da pandemia. Ele alertou aos presentes que o índice de 46% de despesa com pessoal não pode ser tratado com tranquilidade exagerada por servidores, sindicato, população e administração pública. Isto porque, após o afrouxamento das restrições de circulação e com a volta das atividades das escolas e da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, várias contratações terão de ser realizadas. Jean Marques também destacou que a dívida consolidada foi apresentada com o valor de 433 milhões de reais; e o precatório, de 79 milhões de reais. Entretanto, ele pontuou que, para a efetivação do pagamento, este valor atualizado poderá chegar a 110 milhões de reais. Sendo assim, o vereador explicou que a dívida consolidada, na verdade, será de até 460 milhões de reais. Jean Marques comentou que a sistemática utilizada para o cálculo da dívida consolidada líquida se utiliza da disponibilidade de caixa. Todavia, esta não pode ser usada, em sua totalidade, para pagar as dívidas. O vereador disse que, ainda que as normas de contabilidade autorizem esse tipo de cálculo, e que o Senado permita o endividamento de 120%, deve-se ter cuidado no uso dos recursos livres e quanto à capacidade de efetivar pagamentos que estes possuem. Ele exemplificou sua fala, dizendo que, de todo o resultado financeiro apurado até agosto, há somente 42% de recursos livres. Portanto, apenas com esta fatia é que podem ser pagas as operações de crédito. Jean Marques também perguntou como estava a situação do crédito relativo à SANEPAR. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que o processo está tramitando no Tribunal de Contas, e a Prefeitura Municipal está aguardando a informação de como contabilizar este crédito, seja na forma de receita corrente ou de receita de capital. Enquanto isso, ele explicou que o valor está registrado contabilmente como receita a classificar, e ainda não compõe a receita do município. Com a palavra novamente, Jean Marques comentou que, nas inversões financeiras, há a despesa do aporte previdenciário de 100 milhões de reais ao fundo financeiro. O vereador lembrou que a recente reforma da previdência pode vir a interferir neste aporte quanto à diferença entre a arrecadação e o pagamento dos benefícios. Em resposta, o Secretário Municipal informou que a previsão do referido aporte para o ano seguinte é de 135 milhões de reais, e que o Orçamento de 2021 já trouxe a previsão de alteração da alíquota previdenciária. Finalizando sua fala, Jean Marques agradeceu pelos esclarecimentos, dizendo que estudou os números, mas que compreende que o momento em que vivemos é diferente dos demais. Ele aproveitou para solicitar ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Fazenda que tratem com celeridade e seriedade a retomada econômica em

Maringá, com especial atenção aos setores ainda paralisados, seguindo os protocolos de saúde. O vereador lembrou que tal retomada será importante no aumento da receita, já que a arrecadação diminuirá se as empresas maringaenses não se recuperarem. Em sua opinião, o município de Maringá tem condições de retomar a economia, visto que a sociedade civil é organizada e tem colaborado para seguir os protocolos sanitários. Sobre o Orçamento, Jean Marques pediu que neste haja a previsão de maior fomento para a Noroeste Garantias ou para outras entidades de fomento ao crédito para as micro e pequenas empresas. O vereador também solicitou que a Prefeitura Municipal tivesse atenção ao projeto “Compras Maringá”, que permite que o Município faça contratações exclusivas de micro e pequenas empresas, inclusive de forma regionalizada. Assim, a economia local seria fomentada e não haveria aumento no desemprego e queda de renda dos maringaenses. Com a palavra, acerca da cobrança do ISS, Orlando Chiqueto disse que a mudança nesta será de forma escalonada, a ser finalizada em três anos, considerando o domicílio tributário do prestador para o tomador de serviços. Ao final do terceiro ano, a expectativa é que a arrecadação aumente em 20%, o que dará um fôlego maior para a cidade. Quanto à Noroeste Garantias, O Secretário Municipal explicou que, no Orçamento de 2021, há previsão de aporte de mais quinhentos mil reais. Entretanto, caso seja necessário, o Prefeito Municipal sinalizara que seriam aportados o quanto fosse necessário para estimular os negócios na cidade. Orlando Chiqueto destacou que, neste ano, foram sete milhões de reais em recursos disponibilizados como incremento ao fundo garantidor, para garantir operações de crédito. Ainda assim, ele esclareceu que há diminuição da disponibilização do recurso por parte das instituições financeiras por conta do aumento da inadimplência, tornando o crédito mais restritivo. Com a palavra, o Presidente da CFO lembrou que o Orçamento para o ano de 2021 havia chegado a esta Casa de Leis e que os membros desta Comissão iriam avaliá-lo com atenção, principalmente ele, a fim de estar apto para executá-lo os anos seguintes. Com a palavra, William Gentil, Vice-Presidente da CFO, cumprimentou o senhor Secretário e sua equipe. Apesar de ter observado que os valores de arrecadação de tributos foram bastante satisfatórios, ele disse discordar de alguns pontos da apresentação, como a realização desnecessária de alguns empréstimos. Entretanto, o vereador destacou que foi voto vencido, visto que a maioria dos vereadores foi favorável ao empréstimo citado. Em seu ponto de vista, houve endividamento do município. Por representar o distrito de Iguatemi, ele disse que neste local não houve pavimentação de algumas vias, ainda que a PMM dispusesse de muitos recursos. William Gentil explicou que a comunidade citada é carente de aplicação de recursos no que tange à infraestrutura. O vereador disse que, com as eleições chegando, há esperança de melhorias após a posse da próxima equipe do Poder Executivo Municipal. Outras promessas que, segundo ele, não se cumpriram, foi a reforma da Rodoviária de Iguatemi, a revitalização da Praça de Iguatemi e o recapeamento do prolongamento da Avenida Antonio Bortoloto. William Gentil esclareceu que estas cobranças não representam oposição ao governo da atual gestão municipal. O vereador também disse que reconhece os avanços realizados nas demais áreas, graças à equipe que compõe a Secretaria Municipal de Fazenda. Com a palavra, Orlando Chiqueto agradeceu por todas as oportunidades concedidas para a exposição das informações nesta Casa. Ele informou que esta apresentação tem sido realizada em Clubes Rotary, Lions, Lojas Maçônicas, Sindicatos no geral, Associação Comercial, Sismmar, dentre outros, pois o objetivo da SEFAZ é tornar as informações extremamente transparentes, não somente quantificando-as, mas qualificando-as, para que todos compreendam saúde econômica, financeira e orçamentária, e o que esperar da Prefeitura para os próximos anos. Por isso, Orlando Chiqueto frisou que ele e toda a sua pasta dedicam-se com afinco para o cumprimento deste objetivo. Assim, ele agradeceu a esta Casa de Leis pelo modo com que recebeu a equipe de sua Secretaria, com a manutenção do bom diálogo e do debate, com o fito de trabalhar em prol do Município. Além disso, o Secretário Municipal agradeceu aos contadores e demais servidores extremamente competentes, comprometidos e dedicados, que fazem um trabalho fantástico e tornam Maringá uma cidade cada vez melhor. Ele destacou que esta se tratava de sua última audiência pública dentro da gestão, a 12ª, fato pelo qual se sentia honrado. Com a palavra, Carlos Mariucci lembrou que, a partir da nova formação da CFO, na qual é Presidente, os documentos referentes à prestação de contas passaram a ser enviados com antecedência. Por isso, ele agradeceu, pois tal fato aprimora o desempenho dos trabalhos por parte da Câmara Municipal de Maringá. O vereador cumprimentou também o senhor Secretário, ressaltando que, independentemente de interesses partidários, é possível perceber o senso de profissionalismo de Orlando Chiqueto como contador e como gestor. Ele ainda citou todos os servidores responsáveis pelo bom trabalho da SEFAZ: Orlando Chiqueto Rodrigues Contador, Secretário Municipal de Fazenda; Gilvane de Almeida Braga, Contador – Diretor de Contabilidade e Finanças; Claudinei Braz da Silva, Contador – Diretor de Orçamento; e os contadores Adriano Correia da Silva, Cinthia Soares Amboni, Edimar de Oliveira Carvalho, Luiz Antônio

Panosso, Marcos Donizete Toppa, Marcos Rodrigues Carmona, Maria Rupolo Pedriali, Maria Angela Ferrareze Casaroto e Nádia da Rocha Ferreira. Carlos Mariucci relatou que seu pai terminou a carreira como servidor público, e, ele próprio, como vereador, vem confirmando a importância e o valor do servidor público. Terminou sua fala agradecendo à imprensa, aos vereadores presentes e ao público que acompanhara o evento remotamente. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 17h13min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 2º Quadrimestre de 2020, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2020** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

CARLOS MARIUCCI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

WILLIAM GENTIL

Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Emar Mariucci, Vereador**, em 19/10/2020, às 13:45, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0195792** e o código CRC **5E9DD85B**.